

Poderá a ciência com ética salvar o mundo?

A importância da ciência com consciência para os ODS e a diplomacia científica e tecnológica

O PROGRESSO CIENTÍFICO COLOCA CADA VEZ MAIS PROBLEMAS ÉTICOS, TANTO QUANTO AO OBJETO E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO, COMO NA EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS, CONTRIBUINDO FREQUENTEMENTE PARA AUMENTAR AS DISPARIDADES ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. ASSIM, A DIPLOMACIA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA É ESSENCIAL PARA DAR SUBSTÂNCIA À POSTURA ÉTICA QUE APELA À PARTILHA DE DADOS E CONHECIMENTOS, A FIM DE REDUZIR AS DESIGUALDADES E CONTRIBUIR PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

"A aventura científica é fascinante! Que progresso técnico, que melhoria do nosso nível de vida! A ciência, ao aumentar os conhecimentos à disposição do homem, aumenta constantemente o seu controlo sobre o seu ambiente, permitindo-lhe usar a sua imaginação para melhorar a sua condição e para tornar a sua vida diária mais fácil."

(Edgar Morin, Science avec Conscience, 1982)

O objetivo destas Jornadas é discutir o papel, métodos e limites éticos da diplomacia científica e tecnológica no sentido mais amplo: os processos de produção de conhecimento científico justificados por ambições de influência política, cultural, geoestratégica ou económica; os processos de ocultação ou transparência de experiências ou descobertas científicas; os processos de divulgação ativa de ciência e tecnologia sob a forma de parcerias, transferências de tecnologia, ajuda humanitária, etc. Os desafios éticos e os objetivos jurídicos são o tema principal, porque a diplomacia científica e tecnológica visa responder a exigências de justiça na redução das desigualdades sociais e ambientais num contexto internacional através do progresso científico e tecnológico.

A concorrência entre gigantes tecnológicos – Big Tech –, a competição entre países ou blocos económicos na corrida à supremacia científica e tecnológica estimula certamente a evolução científica. Porém, pode também gerar desvantagens tais como duplicação de custos, dispersão de esforços, desperdício de recursos escassos, riscos para a saúde, retardando o progresso e, ao mesmo tempo, aumentando as desigualdades.

O incentivo à inovação é necessário para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo um elemento transversal de muitos deles. A segurança alimentar (objetivo 2), a saúde de qualidade (objetivo 3), a gestão sustentável dos recursos hídricos (objetivo 6), as energias renováveis e acessíveis (objetivo 7), por exemplo, dependem absolutamente do progresso científico e da partilha de conhecimentos. O papel da investigação é, portanto, decisivo para atingir estes objetivos e a produção de conhecimento desempenha um papel importante para os países vulneráveis e em desenvolvimento. Por outro lado, a diplomacia científica e tecnológica é igualmente essencial para a redução das desigualdades e exige um necessário equilíbrio de prioridades. Acima de tudo, exige que se vá além de uma visão endógena do progresso científico, voltado sobre si mesmo, em favor de uma abordagem mais altruísta, refletindo um "justo retorno", particularmente quando o progresso científico dos países desenvolvidos beneficiou de dados materiais e contributos intelectuais dos países em desenvolvimento. A diplomacia científica e tecnológica implica necessariamente a criação de sinergias e o desenvolvimento de relações entre ecossistemas de conhecimento cujos fundamentos éticos, modalidades materiais de execução e procedimentos de colaboração devem ser identificados e analisados criticamente.

A complexidade do tema implica uma abordagem interdisciplinar, que passa pelas ciências filosófica, linguística, jurídica, política, económica, geográfica, biotecnologia, informática, etc.

A título ilustrativo, apresentam-se alguns exemplos de diplomacia científica e tecnológica em sentido amplo, que podem ser tratados nas jornadas:

A diplomacia climática da UE, pela importância fundamental da sensibilização de países terceiros para acelerar a implementação da COP26. A UE e os seus Estados-Membros, numa abordagem Team Europe, devem envolver-se com parceiros de todo o mundo para enfrentar os desafios climáticos e trabalhar ativamente em conjunto para corresponder aos apelos sectoriais da COP26

(<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/02/21/climate-diplomacy-council-calls-for-accelerating-the-implementation-of-the-glasgow-cop26-outcomes/>)

A responsabilidade das organizações internacionais de normalização, como a ISO (<https://www.iso.org/>), pelo desenvolvimento de normas internacionais voluntárias, baseadas no consenso e relevantes para o mercado, que apoiam a inovação e fornecem soluções para os desafios globais. A normalização exige acordos internacionais para eliminar as barreiras técnicas ao comércio no contexto da Organização Mundial de Comércio, destinados a assegurar que os regulamentos técnicos, as normas e os procedimentos de avaliação da conformidade não sejam discriminatórios e não criem barreiras desnecessárias ao comércio (<https://www.wto.org/>). A diplomacia científica e tecnológica joga aqui um papel.

O papel de organizações internacionais culturais desde o reconhecimento, pela UNESCO no século passado, da importância crucial do desenvolvimento científico para os países. A UNESCO reconheceu a capacidade de produzir conhecimento como um dos aspetos que distinguem a riqueza e a pobreza de um povo (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246417>). Desde então, o conhecimento científico ganhou centralidade e foi reconhecido como essencial para a política, para a sociedade, para as empresas, para a arte, etc.

"Com o reconhecimento da centralidade da vida humana e não-humana na produção científica e tecnológica, as ciências sociais e humanas ganham importância, contribuindo para abordar problemas sociais, ambientais e bioéticos. De facto, embora as soluções técnicas sejam frequentemente pré-requisitos fundamentais para novos resultados económicos e políticos, a tecnologia é insuficiente para ter um impacto significativo na transição digital e ecológica. O movimento integrativo transdisciplinar, a partir do diálogo das Ciências Sociais e Humanas com as ciências tecnológicas, geológicas, biológicas e económicas tem sido um recurso importante e um compromisso dos programas Europeus de investigação.

(<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4f198f8e-4599-11eb-b59f-01aa75ed71a1/>)

21–24
NOVEMBRO
2022
ONLINE

Convite para Apresentação de Comunicações

Através do mail
diplomaciainformatica2022@gmail.com

Mais informações:



1 2 9 0



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Alexandra Aragão Isabel Freitas Valente
Philippe Billet Marcelo Furlin

